



Universidade de Brasília

Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Gestão Escolar

REPRESENTAÇÃO DOCENTE NO CONSELHO ESCOLAR:

O caso de uma escola apartada da comunidade

Gleice Aline Miranda da Paixão

Professora-orientadora Mestre Olga Cristina Rocha Freitas
Professora monitora-orientadora Mestre Ricardo Gonçalves Pacheco

Brasília (DF), 26 de julho de 2014

Gleice Aline Miranda da Paixão

REPRESENTAÇÃO DOCENTE NO CONSELHO ESCOLAR:

O caso de uma escola apartada da comunidade

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Gestão Escolar como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar sob orientação da Professora-orientadora Mestre Olga Cristina Rocha Freitas e da Professor monitor-orientador Mestre Ricardo Gonçalves Pacheco.

Brasília (DF), 26 de julho de 2014

TERMO DE APROVAÇÃO

Gleice Aline Miranda da Paixão

REPRESENTAÇÃO DOCENTE NO CONSELHO ESCOLAR:

O caso de uma escola apartada da comunidade

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar pela seguinte banca examinadora:

Msc. Olga Cristina Rocha Freitas
UnB/SEEDF

(Professora-orientadora)

Msc. Ricardo Gonçalves Pacheco
UnB/SEEDF

(Monitor-orientador)

Prof. Mestre Antonio Alves Siqueira Júnior

(examinador externo)

Brasília(DF), 26 de julho de 2014.

Dedico este trabalho a todos aqueles que lutam por uma escola pública de qualidade e que, por isso, participam da gestão da escola independentemente das forças contrárias que por ventura possam surgir.

AGRADECIMENTOS

Em tudo devemos ser agradecidos, já dizia um atencioso versículo da Bíblia. Portanto, agradeço a Deus pela oportunidade de realizar mais um estudo.

Agradeço à Secretaria de Educação do Distrito Federal por me oportunizar a possibilidade de cursar esta especialização.

Agradeço à Universidade de Brasília por firmar parcerias tão importantes com a SEDF e, com isso, mostrar que a universidade se liga à educação básica.

Agradeço à professora Msc. Maria José Coutinho Moreira, primeira tutora, que incentivou minha permanência no curso e estimulou a conclusão das disciplinas.

Agradeço ao professor Msc. Ricardo Gonçalves Pacheco, tutor-orientador, que com sua postura rigorosa deixa claro que a educação a distância é algo que deve ser levado a sério.

Agradeço à professora Msc. Olga Cristina Rocha de Freitas pelo aceite da orientação.

Por último, mas não menos importante, agradeço à direção da escola onde foi realizada a pesquisa e às conselheiras escolares que dispuseram de seus tempos para responder aos questionários.

“[...] a democracia é aquela forma da vida social que cria para si própria um problema que não pode cessar de resolver, porque a cada solução que encontra, reabre o seu próprio problema, qual seja, a questão da participação...”

Marilena Chauí

RESUMO

O presente trabalho apresenta a pesquisa realizada em uma escola da rede pública de ensino do Distrito Federal. Com a temática das instâncias colegiadas, procurou-se saber como está sendo a gestão da escola pública. E o primeiro entrave começou aqui: a escola está fisicamente separada da comunidade a qual se destina. Para fins da pesquisa, investigou-se com os representantes do segmento magistério como eles percebem a situação da escola e como fazem para seguir os princípios instituídos nas legislações que orientam para a democratização da gestão escolar. Dessa forma, tem-se neste trabalho o resultado de uma pesquisa realizada com um segmento da comunidade. Vale ressaltar que é o segmento que é maior representado em termos numéricos e que participa diuturnamente da dinâmica da escola. Muito embora, as conclusões da pesquisa apresentam resultados que afirmam que essa participação não está ainda em consonância com o que preceitua uma gestão democrática.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Participação. Conselho Escolar.

LISTA DE SIGLAS

APM	Associação de Pais e Mestres
CF	Constituição Federal
CRE	Coordenação Regional de Ensino
DF	Distrito Federal
DRE	Diretoria Regional de Ensino
EF	Ensino Fundamental
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GDF	Governo do Distrito Federal
IDEB	Índice de desenvolvimento da educação básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PDAF	Programa de Descentralização Administrativo e Financeira
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PNBE	Programa Nacional Biblioteca na Escola
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PPP	Projeto Político Pedagógico
SEDF	Secretaria de Educação do Distrito Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO	12
1.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA	12
1.2 PARTICIPAÇÃO	13
1.3 CONSELHOS ESCOLARES	15
CAPÍTULO II – METODOLOGIA	17
2.1 A ABORDAGEM	17
2.2 OS INSTRUMENTOS DE COLETA E OS PARTICIPANTES DA PESQUISA	17
2.3 O TRATAMENTO DOS DADOS	18
2.4 AS DIFICULDADES ENCONTRADAS	18
CAPÍTULO III – RESULTADOS E DISCUSSÕES	20
3.1 A PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO PPP	22
3.2 PERCEPÇÕES SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A FUNÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR	24
3.3 A DESCONFIGURAÇÃO DE UM CONSELHO	28
CAPÍTULO VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	33
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	35

INTRODUÇÃO

A Escola Classe 1 da Estrutural, vinculada à Coordenação Regional de Ensino do Guará, foi fundada em 2003. Localizada na Cidade Estrutural, uma das áreas de ocupação territorial do Distrito Federal (DF), foi a primeira escola pública da localidade. Inicialmente construída em caráter provisório, em 2008 ganhou prédio próprio e instalações mais adequadas a uma escola que atende alunos de anos iniciais de Ensino Fundamental (EF). Porém, passou menos de quatro anos no novo prédio, pois, no primeiro semestre de 2012, este foi interditado pela defesa civil por oferecer riscos de explosão, em virtude de vazamento de gás metano. A escola foi construída em terreno impróprio, onde antes era depositado lixo orgânico, uma vez que a área da Estrutural foi, e ainda é, espaço de despejo de lixo da capital federal e regiões administrativas.

Com a interdição do prédio, surgiu a necessidade de realocar os alunos em um espaço que os comportasse e onde se pudesse dar continuidade ao ano letivo. Dessa feita, os alunos passaram a dividir-se em três prédios: um no Guará e dois no Plano Piloto.

Em 2013, a escola encontrava-se dividida em dois prédios situados na Asa Sul, Plano Piloto. Possuía em média 800 (oitocentos) alunos, o que refletia a situação por que tem passado, já que no ano anterior o corpo discente era formado por cerca de 1.400 (um mil e quatrocentos) alunos.

Em meados de 2013, a escola contava com 38 (trinta e oito) professoras que se dividiam entre os turnos matutino e vespertino e entre a docência de 1º ao 4º ano do EF. A escola contava ainda com uma orientadora educacional, duas professoras de sala de recursos, uma psicopedagoga da equipe de apoio à aprendizagem, uma psicóloga, três coordenadoras pedagógicas, uma supervisora pedagógica, uma vice-diretora, uma diretora, uma secretária, uma auxiliar de secretaria e servidores terceirizados que atuam na limpeza e conservação da escola.

Quanto à equipe gestora, houve mudanças no início do mês de julho do ano de 2013. A equipe anterior solicitou exoneração e, por conta disso, houve eleição em

caráter extraordinário para escolha de novos gestores. Novamente em novembro de 2013 houve eleições, segundo o que dispunha a Lei nº 4.751/2012.

Nos aspectos materiais, a escola conta com três computadores de uso administrativo, três aparelhos telefônicos, um ar condicionado, um projetor de slides, dois televisores e dois aparelhos de DVD.

Quanto a materiais pedagógicos, recebe livros do Programa Nacional Biblioteca nas Escolas (PNBE) e no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Jogos educativos da parceria Centro de Estudos de Educação e Linguagem (CEEL) e Ministério da Educação (MEC). Atualmente nenhum projeto especial está sendo implementado na escola.

Nos aspectos financeiros, atualmente não recebe recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) por problemas na gestão da verba. Também não recebeu a verba do Programa de Descentralização Administrativa Financeira (PDAF) do ano de 2012 e a verba de 2013 só foi liberada em 2014, por pendências nas prestações de contas de anos anteriores.

As questões que permeiam essa pesquisa, apesar de serem várias, todas se concentram no mesmo cerne: a escola, extirpada de sua localização próxima à comunidade, consegue empreender uma gestão democrática?

A gestão escolar é tema recorrente de debates sobre a educação. Há quem afirme que alguns problemas vivenciados na escola provêm de problemas de gestão. Ocorre que, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), evidenciou-se que a gestão da educação pública deve ser feita à luz de princípios democráticos. À época da promulgação da constituição, estava em curso a perspectiva de redemocratização do Estado brasileiro, após conturbado período de ditadura militar. Assim, naquele contexto, fluíam desejos e lutas por uma sociedade mais democrática.

Instituído o princípio da Gestão Democrática na Carta Magna de 1988 (BRASIL, 1988, art. 206, inc. VI), passou-se a entender que a participação da comunidade seria o grande vetor de democratização da educação. Inserir a comunidade nos debates, deliberações e ações na escola seria de suma importância para a gestão tornar-se democrática e, por conseguinte, a própria escola.

Diante do exposto, esta pesquisa se propôs a se configurar em uma pesquisa qualitativa que pretendeu analisar como o segmento do magistério¹ participa da gestão de uma escola pública que se encontra apartada da comunidade a qual se destina, observando se os conselheiros põem em prática o que preceituam a CF, a LDB e a lei distrital nº 4.751/2012 (DISTRITO FEDERAL, 2012a). Vale ressaltar que a opção por pesquisar junto aos professores demandou da dificuldade de localização de dois membros que se enquadram na condição de pais de alunos; da ausência de representantes da carreira assistência à educação²; da recente entrada de duas alunas como representantes do segmento aluno.

O problema de pesquisa que advém dessa situação e que foi perseguido nesta pesquisa foi: na perspectiva da representação docente, em que medida o Conselho Escolar consegue desempenhar seu papel numa escola apartada de sua comunidade?

O objetivo principal deste trabalho centrou-se em analisar, na perspectiva da representação docente, em que medida o Conselho Escolar consegue desempenhar seu papel numa escola apartada de sua comunidade. Por sua vez, como objetivos específicos, elencaram-se os seguintes:

- Investigar como os professores, por meio dos membros do conselho escolar, participam da gestão da escola;
- Observar a participação dos professores na elaboração e acompanhamento do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola;
- Observar a atuação dos representantes dos professores como conselheiros e;
- Analisar as opiniões dos representantes dos professores sobre o distanciamento físico da escola.

¹ Os profissionais que trabalham na Secretaria de Educação do Distrito Federal dividem-se em duas carreiras: carreira magistério e Carreira assistência. Dentro da Carreira Magistério encontram-se os professores e os especialistas em educação, também chamados de Orientadores educacionais.

² A carreira Assistência à educação é composta por servidores que trabalham no auxílio à docência e se encaixam nesta carreira desde psicólogos até vigilantes.

CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA

Uma análise nos textos constitucionais brasileiros traz à tona que o preceito da gestão democrática da educação só foi instituído pela Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), ou seja, nenhuma das Constituições anteriores introduziu esse princípio. Vale ressaltar que a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) foi pensada, discutida e organizada dentro de um panorama em que estavam presentes movimentos populares voltados para a redemocratização do país. Talvez esse seja o motivo da preocupação em se prever constitucionalmente a democratização da gestão escolar. Mas “nem tudo foram flores”: a luta anterior era no intuito de que a gestão democrática fosse preceito para todas as unidades de ensino, mas somente as instituições públicas foram objetos da Constituição Federal (ADRIÃO; CAMARGO, 2007; PARO, 2007).

Embora preconizada constitucionalmente, a gestão democrática ainda não conseguiu ser implantada na prática. Talvez a própria estrutura da escola não propicie campo fértil para que ela medre, pois ainda é uma estrutura arcaica que servia a uma velha escola e que não condiz com uma concepção de educação que se pretende democrática (PARO, 2011).

Conforme Hora (2007), a gestão democrática pode ser analisada por três prismas: o do acesso à escola, o da ampliação de oportunidades educacionais, e o dos processos administrativos.

Muitos podem atribuir à gestão democrática o aumento do acesso de alunos das camadas menos favorecidas à escola. Mas será que apenas esse acesso pode configurar uma democratização da gestão educacional? É algo que tem que ser questionado, pois a função precípua da gestão deve ser criar condições para que a escola se configure de fato em um local de aprendizagens para os alunos, docentes e comunidade (DEMO, 2012). Além do quê, cabe à gestão da escola zelar pela aplicabilidade da legislação educacional vigente.

Em relação à ampliação das oportunidades, pode ser citada a permanência dos alunos com sucesso na escola, isto é, a criação por parte do Estado de políticas que façam com que os alunos aprendam com qualidade. Essas políticas passam também pela melhoria da infraestrutura das escolas e da formação dos profissionais de educação. Demo (2012) dá exemplos de algumas estratégias para garantir essa melhora: pagar bem os professores, garantir todas as especialidades – com especial atenção à matemática e às ciências –, garantir espaços físicos condizentes, entre outros. O autor afirma que para garantir ao aluno o direito a aprender bem é extremamente necessário valorizar o professor, porque, para ele, aluno aprende bem com professor que aprende bem.

Em se tratando de processos administrativos, percebe-se que, assim como no tocante à ampliação das oportunidades, há um grande caminho a percorrer. Primeiro porque ainda existe muita divergência quanto às fronteiras de uma gestão democrática. A Constituição delegou sua exequibilidade a leis complementares quando utilizou o termo “na forma da lei” para designar como se daria a gestão (BRASIL, 1988, art. 206; VI).

Deixada a cargo de leis complementares, coube à LDB (BRASIL, 1996) tratá-la com um pouco mais de apreço. Foi a LDB que instituiu dois princípios para a gestão democrática, que são: a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996, Art. 14). Mas a LDB também deixou livre aos sistemas de ensino a elaboração de suas normas sobre o assunto.

1.2 PARTICIPAÇÃO

Democracia pressupõe participação de todos. É com as opiniões, divergências e discussões de todos aqueles que são afetados pela situação que se assegura a democracia. O grande problema é justo esse: como fazer com que todos participem. Como já nos disse Chauí (2008, p. 69):

[...] a democracia é aquela forma da vida social que cria para si própria um problema que não pode cessar de resolver, porque a

cada solução que encontra, reabre o seu próprio problema, qual seja, a questão da participação.

A atual forma utilizada para que todos participem é através da representação. Mas a democracia representativa ainda demonstra dificuldades de exercer seu papel. Os representantes nem sempre atuam de forma a fazer valer aquilo que seus representados desejam ou, até mesmo, não veem como fazê-lo por terem suas atuações cerceadas. E é dessa forma que muitas vezes a comunidade tem sido representada no interior da escola.

Parafraseando Freire (2011), dizer que a comunidade faz parte da gestão e nada fazer concretamente para que esta afirmação se objective é uma farsa. As direções colegiadas devem ser muito mais do que sobreposição de representantes que estão ali única e exclusivamente para compor numericamente um colegiado. Ainda que se propale que a direção da escola é colegiada, se ela não inclui e não cria condições para a participação efetiva da comunidade escolar, corre o risco de se constituir em apenas um arranjo entre os funcionários do Estado, que dificilmente fará emergir os interesses da comunidade usuária da escola (PARO, 2000).

Para que de fato a comunidade se aproprie da escola e a gerencie, é imperioso ter em mente que pode haver dificuldades para implantar uma gestão democrática. Ela é um processo de escuta permanente, em que estão presentes diferentes sujeitos, que têm diferentes opiniões. O consenso pode não vir a aparecer. As questões podem ser polemizadas. Mas o que está em xeque é a realização de um processo comum. Uma decisão comum, ainda que não seja consensuada em unanimidade. Para que se opere a democracia, é necessário que haja uma revisão, nada fácil, de concepções. Há necessidade de se estar ciente da relevância da participação de todos.

1.3 CONSELHO ESCOLAR

De forma geral, a história nos mostra que a criação de conselhos não teve muito do ideal democrático como, atualmente, pressupomos que deva ter. Anteriormente, os conselhos eram classistas, formado por membros da elite que ansiavam por

manter a governabilidade dos povos. Ramos e Fernandes (2010, p. 47) concluem que:

Isso denota que conselho, em suas origens, nada mais era do que uma instância formada por uma coletividade bastante seleta, preocupada com a governabilidade e a manutenção de determinado *status quo*, concepção esta que perpassaria vários séculos.

Só com a organização do povo, com a reflexão sobre a realidade social na qual se vivia, sobretudo após a modernidade mostrar que havia uma diferença muito clara entre quem detinha o poder e quem era escravizado por estes que detinham, é que se pôde ver a criação de conselhos de operários que buscavam organizar-se para fazer parte e, portanto, participar da realidade social.

No Brasil, percebe-se que o movimento de criação dos conselhos se dá por volta de 1970, na tentativa de fazer frente à Ditadura Militar que já se encontrava em vias de supressão, dada a sua ineficiência gestonária e o seu autoritarismo. Nesse contexto, dois grupos, embora opostos, defendiam a implantação de conselhos: os liberais e os de esquerda. Ambos acreditavam que os conselhos seriam instâncias indispensáveis para a constituição de uma sociedade democrática (RAMOS & FERNANDES, 2010).

A partir da constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998), que institui o princípio da Gestão Democrática no ensino público, e com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 1996, as instâncias colegiadas passaram a fazer parte da discussão. Como fazer uma gestão democrática sem que os sujeitos participem? A solução já empreendida em outras esferas foi trazida e materializada na escola pública. Começaram a fazer parte da rotina da escola os conselhos escolares.

Os conselhos escolares são instâncias mobilizadoras, fiscalizadoras, deliberativas e consultivas que devem assegurar a participação da comunidade escolar na gestão da escola pública (BRASIL, 2004; DISTRITO FEDERAL, 2012a).

No DF, desde 2012, os membros do Conselho Escolar são eleitos por meio de voto secreto em eleição realizada em conjunto com a eleição de diretores escolares (DISTRITO FEDERAL, 2012a).

Com a lei nº 4751/2012, o conselho escolar foi alçado à instância suprema, porque pode recomendar exoneração de diretores; e, no caso de impedimento de diretores, indicar substitutos.

Ademais, ao conselho escolar atribuem-se diversas competências, mas todas se ligam a uma que parece principal, qual seja: auxiliar e fiscalizar a gestão da escola. Nos incisos da lei 4.751/2012 que seguem percebe-se isso claramente:

[...] analisar, modificar e aprovar o plano administrativo anual elaborado pela direção da unidade escolar sobre a programação e a aplicação dos recursos necessários à manutenção e à conservação da escola; (DISTRITO FEDERAL, 2012, art.25, Inc. II).

[...] fiscalizar a gestão da unidade escolar; (DISTRITO FEDERAL, 2012, art.25, Inc. VIII).

É notório o fato de que as legislações brasileiras estão bastante desenvolvidas, resta saber como está a ação prática. Os conselhos escolares têm sido elevados a instâncias máximas, mas se precisa saber se seus componentes estão conscientes e se eles têm implementado ações de efetivação daquilo que a lei dispõe.

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

2.1 A ABORDAGEM

A pesquisa configurou-se em uma pesquisa qualitativa, realizada por meio de um estudo de caso. Ao se optar pela pesquisa qualitativa, pressupõe-se que ela tem por intuito atender a demanda de pesquisa das ciências sociais, pois tem em seu bojo o entendimento de que a subjetividade do pesquisador e dos participantes que estão sendo estudados é parte do processo de pesquisa (Yin, 2001). Por sua vez, o estudo de Caso tornou-se pertinente porque consiste em uma análise intensiva de um número restrito de situações ou, até mesmo, de uma única situação.

De acordo com Yin (2001), o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno dentro de seu contexto. Diferente dos estudos experimentais em que o fenômeno é retirado de seu contexto, o estudo de caso investiga o fenômeno mesmo quando o limite entre fenômeno e contexto não está devidamente definido, o que permite a análise de um número maior de variáveis. Portanto, para Yin (2001), o estudo de caso é uma estratégia que busca abranger tudo sobre o fenômeno em estudo e, por isso, é uma estratégia de pesquisa abrangente.

Para Good e Hatt (1975), o estudo de caso não se configura em uma técnica específica, mas é uma forma de organizar os dados sociais, preservando o caráter unitário do objeto estudado. Pelo exposto, entendeu-se que esta seria a abordagem mais adequada à pesquisa em tela, uma vez que se pretendeu pesquisar como tem sido a atuação do segmento de professores dentro do Conselho Escolar de uma escola que está passando por uma situação singular, isto é, está sem prédio próprio e distante fisicamente de seu local de origem.

2.2 O INSTRUMENTO DE COLETA E AS PARTICIPANTES DA PESQUISA

O instrumento utilizado para coleta de dados foi o questionário. Este foi aplicado aos membros representantes da carreira magistério, na função professor. Os três representantes da carreira magistério que compõem o segmento serão nomeados nesta pesquisa como: conselheiro A; Conselheiro B; e Conselheiro C. Um

desses representantes, vale frisar, foi o membro nato que, portanto, ocupa o cargo de diretora da escola.

Segundo Chagas (2000), o questionário é um conjunto de questões feito com intuito de gerar dados. Ele precisa ser pensado e elaborado de forma cautelosa para que sirva aos fins da pesquisa. Foi com esse pensamento que ele foi aplicado. Acredita-se que se obteve um material significativo e isso pode ser confirmado ou refutado no terceiro capítulo dessa monografia.

2.3O TRATAMENTO DOS DADOS

Após a coleta de dados iniciou-se o processo de análise que levou à conclusão da pesquisa. Como momento singular e, portanto, de grande importância para as conclusões, procedeu-se a escolha daquele que se mostrou como o método mais adequado para o tratamento dos dados: a análise de conteúdo. Franco (2008) e Bardin (2011) afirmam que esta forma de tratar os dados é baseada na inferência, isto é, a análise de conteúdo busca interpretar as concepções que estão por trás dos discursos. Segundo Franco (2008, p. 12), “[...] o ponto de partida da Análise de Conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, documental ou diretamente provocada”. Sendo a intenção desta pesquisa observar a atuação do segmento de professores frente à situação inusitada que a escola se encontra, entendeu-se como a forma mais pertinente de tratar os dados.

2.4 AS DIFICULDADES ENCONTRADAS NO CAMINHO

A principal dificuldade na aplicação do questionário foi a compatibilidade de horário. Apesar de esta pesquisa ser resultado de um curso de formação continuada, a pesquisadora já não fazia parte do corpo docente da escola quando os questionários foram aplicados. Então, como trabalha no mesmo horário que as respondentes, ficou difícil conciliar os horários para aplicar o instrumento de coleta de dados.

Sanada a dificuldade de conciliação de tempo, a próxima dificuldade foi o convencimento dos membros do Conselho para que respondessem o questionário.

Uma das conselheiras se recusou alegando que não se achava com propriedade de fazê-lo. Vale ressaltar que a professora atua na escola há pelo menos cinco anos (o que dentro do tempo de existência da escola é algo muito significativo) e já fizera parte do conselho escolar em outra oportunidade.

A dificuldade que mais saltou aos olhos, ainda que tenha sido logo resolvida após consulta aos documentos, foi a confusão inicial travada em se definir sobre quem fazia parte do conselho e quem fazia parte do caixa escolar. A grafia parecida e a terceira gestão em menos de um ano concorria para essa situação no mínimo inconveniente.

CAPÍTULO III - RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa teve como intuito observar como uma escola separada do seu local físico, isto é, distante fisicamente de uma parte expressiva da comunidade a que se destina, pode implementar a Gestão Democrática tal como preceituam as legislações educacionais vigentes. Para tanto, recorreu-se ao segmento com mais representação no conselho escolar: os professores. Vale destacar que os professores, como profissionais da educação, precisam fazer seus trabalhos diariamente, independentemente de onde se localize a escola. Quanto aos alunos, que também estão diariamente na escola, estes só passaram a compor o conselho a partir de 2014, o que dificultaria uma avaliação mais consistente de sua atuação caso participassem desta pesquisa.

De início, é importante antecipar a última questão do questionário aplicado em que uma das respondentes alega que a situação de distanciamento físico interfere inclusive na atração de profissionais para trabalharem na escola. Quando questionada se a atual situação da escola, dificulta a aplicação da gestão democrática, a conselheira respondeu:

“Com certeza. *Principalmente a parte pedagógica* pela falta de pessoal (coordenador, supervisão pedagógica e professores)”.
(Conselheira C, grifo nosso)

Ainda que a Conselheira não tenha evidenciado o motivo específico que a faz entender que a falta de profissionais interfere negativamente na aplicação de uma gestão democrática, as demais repostas deixam claro que a situação de separação física que a escola vive atualmente gera diversas dificuldades que vão aumentando casos emergenciais para serem resolvidos, o que acaba protelando a discussão de questões pedagógicas.

“Os momentos que me reunir (sic) foi para casos emergenciais (sic) que precisava (sic) assinar a ata para agilizar algo pendente do ano anterior”. (Conselheira C).

O contexto de distanciamento físico somado à experiência de se estar na terceira equipe gestora em menos de um ano, faz da escola um caso singular dentro da rede pública de ensino do DF.

Estas primeiras impressões são para iniciar as categorias que foram levantadas durante a pesquisa. Na certeza de que a opção por estudar essa escola, apesar de não mais sê-la o local de trabalho da pesquisadora, ajudará na discussão de como se fazer uma escola democrática assegurando as definições contidas nas legislações.

3.1 A PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO PPP

A lei nº 4751/2012, conhecida como lei da Gestão democrática do Ensino público do DF, institui em seu art. 25, inciso III, que compete ao conselho escolar:

garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar na elaboração do projeto político pedagógico da unidade escolar (DISTRITO FEDERAL, 2012, art.25, Inc. III).

Porém, quando perguntado aos respondentes se conheciam e participavam da elaboração do PPP, as respostas das professoras contradisseram a resposta da diretora, que por sua vez é membro nato do conselho. Para esta última, o PPP está sendo construído:

“O PP dessa escola está em construção. Devido à dificuldade da equipe quanto à falta de pessoal, ele não foi concluído”. (Conselheira A).

O que se entende de um processo de construção de um PPP é que ele é feito com a participação de todos. Entende-se que o conselho escolar, representante legal dos segmentos escolares, está em franca participação: articulando, discutindo, contribuindo e, sobretudo, assegurando que todos os segmentos sejam contemplados com um projeto que atenda seus direitos. Porém, as demais conselheiras respondentes afirmam que:

“Não [conhece e participa]. Porém ele já foi repassado, mas por falta de tempo e interesse [...] ainda não o li. O PPP já existia antes de eu chegar à escola, e nesses 2 anos em que estou na instituição só vi apenas o “querer” mexer no “PPP” e não a efetivação de atualização deste”. (Conselheira B).

“Até o momento de 2014 não nos foi passado (sic) as ideias centrais para ser elaborado em conjunto com todo o segmento escolar”. (Conselheira C).

Infer-se das respostas algumas observações interessantes: 1. As conselheiras não participam da elaboração evidenciando que não conhecem o PPP,

sendo que a Conselheira B “recebeu” o texto, mas não teve “tempo e interesse” de lê-lo; 2. A Conselheira C diz que não conhece as ideias centrais do projeto; 3. A conselheira B afirma que há apenas o interesse em “mexer” no PPP, mas que não houve ações efetivas de atualização deste.

Observa-se que a prática de repasse de textos sem a devida discussão ainda é presente. O PPP aparece aqui como mais um deles. Repassa-se o que se tem de pronto, sem saber quem de fato o escreveu, para em cima deste que já está pronto, forjar-se um novo, como ranços antigos talvez. De certo que uma reformulação de projeto não esquece o antigo. Mas, quando não se sabe a essência da feitura do anterior, quando não se tem a apropriação do mesmo, escrever sobre esse terreno pode ser construir um prédio em cima de areia movediça. Não se sabe sobre qual estrutura se vai construir.

Ademais, a falta de tempo e de interesse alegada pela respondente concorre para a não efetivação de sua participação como conselheira. Tal fato deixa claro que sua participação no conselho escolar está sendo esbarrada por situações externas, que ela não deixou muito claro quando afirma “necessidade de pesquisa”, e internas: talvez a própria falta de mobilização do Conselho não enseje nela o interesse de participar. E aqui a situação complica-se mais ainda: ser conselheiro é representar seu segmento. Para ser conselheiro deve-se participar e, portanto, tal participação não é só dela enquanto sujeito, é do seu segmento. Não participar, neste caso, revela-se como uma negligência na participação/representação de seu segmento.

A Conselheira C apenas afirma que as ideias centrais não lhe foram repassadas, porém, como representante dos professores, não seria sua função buscar esclarecimentos sobre as “ideias centrais”? Enfim, quais as responsabilidades de um conselheiro enquanto membro de uma instituição colegiada que tem como fim assegurar uma gestão democrática? É possível afirmar com base nas legislações existentes (DISTRITO FEDERAL, 2012a; DISTRITO FEDERAL, 2012b; BRASIL, 1996; BRASIL, 2010), que só se fará uma gestão democrática se se assegurar a participação da comunidade escolar. Mas, se seus representantes não atuam de forma a torná-la prática e exequível, fica impossível de se empreender a participação crítica e efetiva. Por conseguinte, cai por terra o princípio da gestão democrática.

Destarte, O PPP da SEDF (DISTRITO FEDERAL, 2012b) afirmar que o Conselho Escolar, como uma das instâncias colegiadas previstas na lei 4751/2012 (DISTRITO FEDERAL, 2012a), deve ter papel preponderante. A gestão democrática só tornar-se-á realidade se os sujeitos incumbidos de representar os segmentos escolares de fato implicarem-se em buscá-la. Sem isso, a lei não passará de letras em um papel.

Essas instâncias têm como objetivo maior efetivar a participação comunitária e, por consequência, tornar a escola cada vez mais pública, mais democrática, mais cumpridora do seu objetivo: formar integralmente seus estudantes. (DISTRITO FEDERAL, 2012b, p. 13).

Infelizmente, pode-se afirmar que o Conselho Escolar da escola pesquisada não está fomentando a participação dos segmentos para além da composição burocrática. Existe um conselho escolar instituído em documento físico, mas não em essência. Infelizmente, o projeto pedagógico não está sendo construído coletivamente.

3.2 PERCEPÇÕES SOBRE A GESTÃO DEMOCRÁTICA E A FUNÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR

Desde 1988, com a promulgação da CF (BRASIL, 1988) discute-se a implantação da gestão democrática nas instituições públicas de ensino. A LDB 9394/96 (BRASIL, 1996) em seu artigo 14, expressa que caberá aos sistemas de ensino definirem as normas da Gestão Democrática. Alguns sistemas de ensino tem engatinhado nas propostas, outros tem definido claramente suas metas como é o caso do sistema de ensino do DF ao promulgar a lei 4751/2012 (DISTRITO FEDERAL, 2012a).

As leis servem para embasar as práticas, mas as práticas não seguem a imposição da lei tão prontamente. Ainda que o entendimento do conceito apareça nas respostas dadas pelas respondentes, existe uma certa contradição com as respostas dadas na categoria anterior.

Quando perguntadas sobre o que cada uma entendia sobre Gestão Democrática e se ela era posta em prática na escola, as respondentes afirmaram que:

“Gestão com a participação de todos os envolvidos nos processos escolares. Acho que a gestão aqui é democrática. TODAS as grandes decisões são tomadas em grupo com o aval do Conselho escolar”. (Conselheiro A)

“Gestar de forma organizada e com participação de todos, mas não perdendo a essência de que a escola é uma empresa e deve ser respeitada uma hierarquia (deveres e obrigações a cumprir) sem deixar de considerar as decisões coletivas”. (Conselheiro B)

“É a participação de todos que compõem o segmento escolar para o bem comum de todos. Em parte existe. Porque nem todos estão por dentro dos acontecimentos que acontece dentro da escola. Vejo que há falta de comunicação em alguns momentos entre o gestor da escola e os demais representantes de cada segmento”. (Conselheiro C)

No tocante à resposta da Conselheira A, percebe-se que esta entende que as decisões mais importantes são tomadas em conjunto, mas deixa subentendido que para ela o Conselho Escolar é uma instância suprema que precisa dar seu aval para se implementar as decisões. A conselheira não incluiu o Conselho Escolar no que chamou de “grupo”. Tal percepção se afasta da concepção de conselho escolar como parte integrante da gestão da escola. Apesar de ser considerada uma instância consultiva e deliberativa, não há como seus membros exercerem dois papéis: ora são professores, ora são conselheiros. Eles são professores e conselheiros. Não há como distanciar-se da função, porque antes de serem representantes, são parte do segmento.

Na resposta da Conselheira B, percebe-se entranhada a ideia de gestão empresarial. Seu friso na questão da hierarquia demonstra contradição com o que preceitua a gestão democrática. A respondente chega a afirmar que a escola é uma empresa e que precisa de ordem. Tal resposta causa preocupação, uma vez que a respondente faz parte de uma instituição que tem como objetivo implementar a gestão democrática em que todos tenham participação e voz na gestão da escola.

A Conselheira C em sua resposta parece entender o conceito de gestão democrática. Atribuiu a ele a ideia de perseguição do bem comum, com todos os segmentos participando. Entretanto, evidencia que a direção ainda não consegue criar meios de fomento da participação por falta de comunicação.

Passando-se ao entendimento do que é um Conselho Escolar e se ele tem contribuído para instituir a gestão democrática na escola, as respostas foram as seguintes:

“[é um]Colegiado”. (Conselheira A)

“É um grupo fiscalizador das atitudes realizadas pela escola em todos os âmbitos, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar. Este ano está sendo pouco efetivo, acho que estamos cansados da situação atual da escola”. (Conselheira B)

“É o que acompanha e fiscaliza a execução da verba composta por representante de cada segmento escolar”. (Conselheira C)

A Conselheira A, membro nato por ser direção, se limitou a dizer que o Conselho é um colegiado. Já a Conselheira B evidenciou o caráter fiscalizador da instância coletiva, logo emendando que este não está sendo efetivado no ano corrente, devido à situação da escola. Aqui se percebe a menção a um cansaço, que justificaria a não participação ou empenho em participar da gestão da escola. A Conselheira C também enfatizou o caráter fiscalizador do conselho, limitando-se a referir-se a execução da verba que a escola recebe das transferências diretas feitas pelo governo distrital e governo federal. Essas respostas podem ser levadas a uma outra questão posta: Você sabe de onde vem os recursos financeiros que mantêm a escola? Você sabe quais verbas a escola recebe do governo federal e/ou distrital? As respostas foram:

“Sim”. (Conselheira A)

“Sei que é dos governos: federais (PDDE) e distrital (PDAF). Porém, não sei ao certo se esses repasses são anuais”. (Conselheira B)

“Não temos conhecimento de todas as verbas”. (Conselheira C)

É importante dizer que a ausência de um conselho escolar atuante, que fiscalizasse a aplicação da verba como colocado pelas respondentes, levou a escola à seguinte realidade quanto aos repasses de recursos financeiros: 1) desde 2009 não recebe verbas do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) por problemas de prestação de contas; 2) o último recebimento de verbas do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF) foi suspenso em 2012 e em 2013 só se conseguiu a regularização do repasse no final do ano, após o empenho da gestão de caráter temporão que envidou esforços junto aos órgãos competentes para regularizar a situação. Se o Conselho escolar tivesse desempenhado o papel de fiscalizador (embora haja outras funções), a escola dificilmente estaria nessas condições.

Outras respostas a uma questão ratificaram a percepção da falta de acompanhamento do uso dessas verbas. Quando perguntada sobre o

acompanhamento e fiscalização dos recursos, a diretora afirmou que há o acompanhamento por parte do conselho. Em contrapartida, a Conselheira C afirma que não. Já a Conselheira B dá uma clareada no assunto ao afirmar que ainda está se organizando o financeiro da escola:

“Não de forma sistemática, sabemos apenas que a escola está tentando arrumar a bagunça financeira de anos anteriores”.
(Conselheira B)

Mais uma questão remete ao caráter de fiscalização do uso das verbas mas, sobretudo, de própria participação na gestão da verba: O Conselho escolar divulga periódica e sistematicamente, informações referentes ao uso dos recursos financeiros?

“Em 2014, isso será feito quadrimestralmente”. (Conselheira A)

“Não”. (Conselheira B)

“Nem sempre”. (Conselheira C)

As respostas precisam ser contextualizadas, sob pena de incorrer em falso juízo sobre a atual gestão da escola. A Conselheira A, diretora da escola, assumiu sua função na direção e no conselho em janeiro deste ano. Para conseguir manejar as verbas, precisava instituir uma nova direção do Caixa Escolar³ em que ela passasse a ser a presidente, conforme normatização da SEDF. Feito isso, havia ainda a questão burocrática de registro de atas em cartório e afins. Ademais, a escola aguardava a transferência do valor devido à escola por meio do PDAF que só ocorreu em meados de março. Portanto, a escola não dispunha de verbas para uso. Na nova gestão não houve execução de verba e, assim, não teve prestação de contas. Na gestão anterior, temporão, não houve execução de verba porque não havia saldo em conta corrente para tanto.

3.3 A DESCONFIGURAÇÃO DE UM COLEGIADO

³ Instituição de caráter jurídico, sem fins lucrativos, exigida pelas legislações que amparam a transferência direta de recursos às escolas.

Infelizmente, percebeu-se nas respostas dadas que as reuniões do Conselho têm sido feitas de caráter emergencial, para sanar situações pontuais. Quando perguntado com qual periodicidade o conselho se reúne, as respostas foram:

“Devido à falta dos supervisores, coordenadores e professores em sala de aula, a direção teve dificuldades em organizar as reuniões periódicas. Porém, as decisões como dispensa de turmas, transferências compulsórias, reduções de horário, são tomadas com o aval do Conselho”. (Conselheira A)

“Não existe periodicidade, apenas nos reunimos no “apaga o fogo” das emergências financeiras. O conselho escolar não está atuante”. (Conselheira B)

“Os momentos que me reunir (sic) foi para casos emergenciais (sic) que precisava (sic) assinar a ata para agilizar algo pendente do ano anterior”. (Conselheira C)

A diretora, ainda que justifique, reconhece que não há reuniões periódicas. As demais respondentes corroboram com sua afirmação. A Conselheira B ressalta a questão das emergências financeiras, já a Conselheira A observa outras questões. Por sua vez, a Conselheira C evidencia uma questão delicada: a de se reunir para assinar atas. Essa prática já foi muito criticada por teóricos que estudam a participação da comunidade (ABRANCHES, 2006; BARROSO, 2005; DEMO, 2009; LIMA, 1995; PARO, 2000; 2011). Tal ação vai de encontro aos princípios da gestão democrática e da participação efetiva, crítica e emancipada que se quer que os sujeitos que fazem parte da realidade educacional empreendam.

Quando perguntado qual a principal dificuldade é encontrada na atuação de sua função de conselheiro, as respondentes colocam que:

“A falta de professores regentes”. (Conselheira A)

“Não temos periodicidade e nem pautas de prioridades. Nos reunimos só nas emergências”. (Conselheira B)

“Reuniões para debater com mais calma as atuações do Conselho. O que fazer, como fazer e agir diante das verbas que é repassada (sic)”. (Conselheira C)

Nas respostas percebe-se que a Conselheira A limita-se a reiterar que há falta de professores e não esclarece como isso dificulta sua atuação como membro do conselho. A Conselheira B reforça que as reuniões não acontecem periodicamente e que a ausência de uma pauta de prioridades afeta o exercício de sua função. A Conselheira C, pode-se assim dizer, ratifica o que a Conselheira B afirma,

observando que as reuniões parecem se dar de forma apressada e que ela precisaria de mais esclarecimentos no que tange as verbas da escola.

Em poucas respostas apareceu algo que remetesse a função importantíssima que compete ao conselho: assegurar a aprendizagem de todos os alunos (DISTRITO FEDERAL, 2012b). Na questão que se segue percebe-se claramente que a parte pedagógica vem sendo protelada dadas as dificuldades mais latentes pelas quais a escola passa. Quando perguntadas se aspectos pedagógicos são debatidos nas reuniões do conselho escolar, as respostas foram:

“Geralmente os principais pontos tratados voltam-se às questões financeiras. O pedagógico foi tratado para deliberar sobre a falta de professores”. (Conselheira A)

“Não. Apenas pensei, mas não coloquei em prática o acompanhamento que queria realizar em relação aos índices da Prova Brasil da nossa escola”. (Conselheira B)

“Não foi possível”. (Conselheira C)

Embora já se pudesse observar nas respostas anteriores que o Conselho Escolar não estava atuando conforme os pressupostos da Gestão Democrática, perceber que o segmento de professores, que tem o pedagógico como prática, não discute quesitos pedagógicos nas reuniões é, no mínimo, preocupante. A deliberação sobre falta de professores ainda que resvale no pedagógico, configura-se muito mais como um aspecto administrativo do que pedagógico em si.

A última questão do questionário perguntou: Você acredita que a atual situação da escola, fisicamente distante de seu local de origem, dificulta a aplicação da gestão democrática em que todos tenham participação? De que forma? Explique.

“Muito! O acesso dos pais é dificultado. A comunicação prejudicada”. (Conselheira A)

“Sim, como: acompanhamento da vida escolar dos filhos, direito das crianças a terem reforço escolar, entre outros aspectos”. (Conselheira B)

“Com certeza. Principalmente a parte pedagógica pela falta de pessoal (coordenador, supervisão pedagógica e professores)”. (Conselheira C)

Como se pode perceber, foram aventados: 1) a comunicação prejudicada com os demais segmentos; 2) o direito a reforço escolar não assegurado; 3) a falta de pessoal por não se querer trabalhar longe de suas residências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como intuito investigar como o segmento do magistério consegue fazer valer o princípio da gestão democrática em uma escola distanciada fisicamente da comunidade a qual se destina. Optou-se por pesquisar junto ao segmento que em termos numéricos é o mais representado, e do qual fazem parte servidores que, independentemente da localização da escola, não podem distanciar-se dela por ser seu local de trabalho.

Infelizmente, os dados apontaram que o segmento magistério, formado em sua maioria por professores, não tem se apropriado do PPP da escola e, principalmente, não participam de sua elaboração. Tal fato é muito preocupante dentro do contexto de uma escola que se quer democrática.

Resultou da pesquisa a constatação de que aquilo que compete ao Conselho em relação à gestão das verbas recebidas não vem sendo implementada pela atual composição do colegiado. Não há divulgação, deliberação e prestação de contas por parte dos conselheiros. Porém, vale ressaltar que a escola passou por dificuldades no recebimento de recursos financeiros em virtude de problemas com a prestação de contas aos órgãos de fiscalização competentes.

Também se observou que as reuniões dos conselhos não têm acontecido como deveriam. Não há pautas ou periodicidade nas mesmas. Os membros se reúnem em caráter emergencial, para sanar problemas pontuais. Esta situação desconfigura o papel de um Conselho Escolar que deve ser uma instituição de caráter mobilizador, fiscalizador, consultivo e deliberativo, como preceituam as legislações em vigor.

Por fim, pode-se concluir que os professores como segmento que mais presente se faz na escola não consegue desempenhar sua função e não podem alegar que o distanciamento físico os atrapalhe. Independentemente do local em que a escola esteja, como servidores públicos que são, os mesmos têm de estar na escola diariamente. Ainda que se possa alegar que a situação se complique por que lhes falam condições estruturais, não se pode, por exemplo, afirmar que se deixou

de se elaborar democraticamente o PPP da escola porque a mesma estava distante fisicamente deles.

Em suma, as legislações vêm mostrando desenvolvimento no tocante ao entendimento de que a democracia no interior da escola é premente, mas as práticas não acompanham esse movimento. Ainda se espera demais por um espaço de participação que não se busca. O distanciamento que se percebeu no decorrer da análise dos dados é mais consentido do que físico. Consentiu-se em se estar distante, ainda que todo dia ali presente.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Mônica. **Colegiado escolar**: espaço de participação da comunidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ADRIÃO, Theresa; CAMARGO, Rubens. A gestão democrática na Constituição Federal de 1988. In: OLIVEIRA, Theresa; OLIVEIRA, Romualdo (Org). **Gestão, financiamento e direito à educação**: análise da Constituição Federal e da LDB. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2007. p. 63-72.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARROSO, João. **Para o desenvolvimento de uma cultura de participação na escola**. Porto: Instituto de Inovação Educacional, 2005.

BORDENAVE, Juan. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição [1988] da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 10 jan. 2011.

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. nº 9394/96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. **Conselhos Escolares**: Democratização da escola e construção da cidadania. MEC, 2004.

CHAGAS, Anivaldo. **O questionário na pesquisa científica**. 2000. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art11/anival.htm>. Acesso em: 20 set. 2013.

CHAUI, Marilena. Cultura e democracia. **Crítica y Emancipación**: Revista Latino americana de ciencias sociales, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p.53-76, jun. 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2012.

DEMO, Pedro. **Educação pelo avesso**: assistência como direito e como problema. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Participação é conquista**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **O mais importante da educação importante**. São Paulo: Atlas, 2012.

DISTRITO FEDERAL. **Lei 4751/2012**. Dispõe sobre o Sistema de Ensino e a gestão democrática do sistema de ensino público do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/06/lei-n%C2%BA-4751-2012-dagest%C3%A3o-democr%C3%A1tica.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2012a.

_____. **Projeto Político-Pedagógico professor Carlos Mota.** Disponível em: <<http://www.se.df.gov.br/wp-content/uploads/ppp.PDF>>. Acesso em: 28 jul. 2012b.

DOURADO, Luis. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil:** Limites e perspectivas. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1428100.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2014.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCO, Maria. **Análise de conteúdo.** 3. ed. Brasília: Liber Livro, 2008.

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado & sociedade.** 6. ed. São Paulo: Moraes, 1986.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 32. reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GASKEL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M & GASKEL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUIMARÃES-IOSIF, Ranilce. **A qualidade da educação na escola pública e o comprometimento da cidadania global emancipada:** implicações para a situação de pobreza e desigualdade no Brasil. Brasília, 2007. 309f. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

GOOD E HATT, **Métodos em Pesquisa Social.** São Paulo: Companhia das letras, 1975.

HORA, Dinair. **A gestão democrática na escola.** 14. ed. Campinas: Papirus, 2007.
SANTOS, Boaventura. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, Antonio. **Burocracia e participação:** Análise da (im)possibilidade da participação transformadora na organização burocrática escolar. Campinas, 1995. 291f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

TEIXEIRA, Anísio. **Democracia e educação:** O processo democrático da educação. Palestra proferida na XII Conferência Nacional de Educação. Rio de Janeiro, 1956. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0173/Aup0173_24_03_2010/Democracia_e_educacao.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2012.

PARO, Vitor. **Gestão democrática da escola pública.** 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.

_____. O princípio da gestão democrática na LDB. In: OLIVEIRA, Theresa & OLIVEIRA, Romualdo(Org). **Gestão, financiamento e direito à educação:** análise da Constituição Federal e da LDB. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2007. p. 73-81.

_____. **Crítica da estrutura da escola.** São Paulo: Cortez, 2011.

RAMOS, Géssica; FERNANDES, Maria. Lutas, contradições e conflitos: a construção histórica do conselho escolar no Brasil. In: LUIZ, Maria (org). **Conselho Escolar:** algumas concepções e propostas. São Paulo: Xamã, 2010. p.47-58.

YIN, Robert. **Estudo de Caso:** planejamento e métodos. 2. Ed. Porto Alegre: Booksman, 2001.

APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO

Prezado (a), este questionário é parte da pesquisa sobre a atuação de conselhos escolares realizado por mim, no curso de especialização em Gestão Escolar da Universidade de Brasília. O objetivo principal da pesquisa é analisar em que medida o Conselho Escolar consegue desempenhar seu papel numa escola apartada de sua comunidade. Peço a gentileza de respondê-lo da forma mais sincera possível. Como pesquisa acadêmica, sua identidade será resguardada. Grata. Gleice Paixão.

QUESTIONÁRIO

1. Gênero:

☐ Masculino

☐ Feminino

2. Qual segmento você representa?

☐ pais

☐ direção

☐ carreira magistério

☐ carreira assistência

☐ alunos

3. Já participou de outros conselhos escolares em outras escolas ou em alguma organização, seja ela sindicato, organização de bairro, entre outros?

☐ sim. Qual? _____

☐ não.

4. Você conhece o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola? Qual sua participação na elaboração ou acompanhamento do mesmo? Explique.

- 5. O que é gestão democrática na sua opinião? Você acha que nesta escola existe uma gestão democrática? Explique com suas palavras?**

- 6. O que é um Conselho escolar? O Conselho Escolar tem contribuído para democratizar a gestão da escola? Explique**

- 7. Com qual periodicidade o Conselho se reúne? As decisões tomadas pelo Conselho Escolar são implementadas pela direção da escola? Explique**

-

- 8. Enquanto conselheiro, como você descreveria sua atuação? Você debate com o segmento que representa antes de levar propostas para o Conselho Escolar? Explique**

9. Qual a principal dificuldade você encontra para participar e/ou representar seu segmento?

-

10. Você debate com os demais membros do conselho os indicadores escolares de rendimento, evasão e repetência e propõe estratégias que assegurem aprendizagem significativa para os alunos da escola? Ou seja, aspectos pedagógicos são debatidos nas reuniões do conselho escolar? Explique

11. Você sabe de onde vem os recursos financeiros que mantém a escola? Você sabe quais verbas a escola recebe do governo federal e/ou distrital?

12. O conselho escolar acompanha e fiscaliza a execução da verba que a escola recebe?

13. O Conselho escolar divulga periódica e sistematicamente, informações referentes ao uso dos recursos financeiros?

14. Você acredita que a atual situação da escola, fisicamente distante de seu local de origem, dificulta a aplicação da gestão democrática em que todos tenham participação? De que forma? Explique.
